

ATA Nº 29: Reunião do Comité Executivo

Terça-feira, 26 de outubro de 2021
12h30 – 14h30 (hora local do Açores) Duração: 2 horas
Videoconferência a partir da Praia da Vitória, Ilha Terceira
Açores - Portugal

Introdução. Natureza da reunião

O Comité Executivo do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP), reuniu-se em sessão fechada, via videoconferência, através da plataforma *Zoom* com interpretação simultânea em português, francês e espanhol, às doze horas e trinta minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um.

A Secretária-Geral do CCRUP, Sra. Daniela Costa, deu as boas-vindas a todos os participantes e procedeu à chamada de cada um dos membros presentes, para registo de presenças e teste ao bom funcionamento do sistema de videoconferência e interpretação.

O Sr. David Pavón, (Presidente do Comité Executivo e representante da *Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*) deu instruções relativas às regras de intervenção, nomeadamente, que cada membro deveria pedir a palavra antes de intervir. Informou ainda que a ata da anterior reunião de dia 12 de julho de 2021, foi aprovada por escrito de forma consensual, no dia 27 de setembro de 2021.

1. Apresentação e aprovação do plano de trabalho e orçamento para o 3º ano de funcionamento do CCRUP (2021/2022)

O Sr. David Pavón referiu que, no próximo ano, haveria mais despesas de deslocação, pois a próxima Assembleia Geral seria em Mayotte, de acordo com o plano de trabalho,

A Secretária-Geral informou que o programa de trabalho foi redigido pelo Secretariado, em conjunto com o Sr. David Pavón, mas a presente reunião serviria para finalizar o mesmo e depois enviá-lo para a aprovação da Assembleia Geral, pelo que pediu que os Membros lhe comunicassem quaisquer alterações.

A Sra. Yaiza Londoño (*Internacional Pole & Line Foundation*) comentou que tinha algumas questões em termos de semântica. O primeiro reparo foi relativamente ao índice, que às vezes aparece com dois pontinhos, outras vezes não; outra nota foi relativa à sigla CCRUP, que na última reunião tinha sido decidido escrever CCRUP sem espaços, mas no documento tanto aparece CC espaço RUP, como CCRUP sem espaço – questionou, por isso, qual deveria ser a nomenclatura utilizada. Comentou algumas questões semânticas e, nomeadamente, os seguintes aspetos:

- (i) Na alusão aos Estados-Membros que têm interesse, como eram definidos os Estados Membros interessados
- (ii) Quando se fala da pesca e aquacultura, sugeriu que se separassem as duas questões, uma vez que se encontram em grupos de trabalho diferentes;
- (iii) Relativamente à data da reunião do Comité Executivo para o ano seguinte, 15 e 16 (de março), quis saber se a data era definitiva;
- (iv) Pediu esclarecimentos sobre o referido plano de nove anos
- (v) Na sua opinião, na pág.7 onde se lê “adotar recomendações e sugestões da Comissão Europeia, não deveria ler-se “da Comissão Europeia”, mas sim “para a Comissão Europeia” e para os Estados-Membros;

O Sr. David Pavón pediu uma clarificação à Sra. Yaiza Londoño acerca das observações da pág.7, entre as expressões “da Comissão Europeia” e “para a Comissão Europeia”, pois no seu entender, as duas coisas são válidas. Por vezes são analisadas recomendações “deles [CE]” e outras redigidas de forma proactiva, ou seja, “para eles”, no entanto não podemos adotar recomendações da CE, apenas podemos adotar as nossas.

A Sra. Yaiza Londoño sugeriu que as atas fossem e mais resumidas e sucintas.

O Sr. David Pavón afirmou que tinham tomado nota de tudo e perguntou se mais alguém teria dúvidas. Uma vez que os contributos da Sra. Yaiza Londoño eram tão amplos, no seu entender poderiam começar-se por estas questões. Passou, em seguida, a palavra à Secretária-Geral, para esclarecer o que fosse possível, antes de dar a vez à Sra. Pascale Colson (DGMARE - *Coordenadora dos Conselhos Consultivos*), da Comissão Europeia.

A Secretária-Geral começou por se referir à forma de escrever a sigla CCRUP, com ou sem espaços: nos Estatutos, a palavra CCRUP aparece com separação. Este é o

acrónimo oficial do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas perante a legislação portuguesa. No entanto, na Comissão Europeia e nos diálogos entre os Membros, é usado muitas vezes CCRUP (sem espaço). Poderá ser determinada uma única forma para utilização nos documentos internos. Relativamente aos Estados-Membros interessados, a Secretária-Geral informou que seriam todos os Estados-Membros que possam estar interessados nas recomendações do CCRUP. Geralmente os interessados são Portugal, França e Espanha. Todos os Estados-Membros da Comissão Europeia são estados válidos para as nossas recomendações. Relativamente ao plano de trabalho, lembrou, ainda, que a maior parte dos textos mais objetivos estão relacionados com o regulamento interno do CCRUP. Informou que irá registar as sugestões apresentadas. Quanto às datas das reuniões presenciais de 15 e 16 de março, estas são as mais convenientes para o CCRUP, inclusivamente porque há um esforço de articulação com o *Comité Nacional de Pêches Maritimes et Élevages Marins* o que facilita as viagens dos membros das RUPs francesas. Acresce que o Conselho Consultivo das Águas do Norte também vai realizar reuniões na mesma cidade e datas, e isto poderia ser uma boa oportunidade para que a Comissão Europeia rentabilizasse os seus recursos e estivesse presente nas reuniões. A reunião do Comité Executivo seria no dia 16 de março, à tarde. Por outro lado, passando às reuniões da Assembleia Geral, informou que o plano de 9 anos foi estruturado no ano 2020/21, pois têm como objetivo visitar todas as RUPs. O orçamento não deve permitir que isto aconteça mais do que uma por ano.

O Sr. David Pavón, comentou o conjunto de Estados Membros aos quais o CCRUP deveria enviar as recomendações (Portugal, Espanha e França) e, se algum outro Estado-Membro estiver interessado, a informação poderia ser partilhada com o mesmo. De seguida, passou a palavra à Sra. Pascale Colson representante da Comissão Europeia para que pudesse dar a sua opinião nesse sentido.

A Sra. Pascale Colson manifestou a sua concordância com o entendimento do Sr. David Pavón em que o CCRUP devia escrever a Espanha, França e Portugal. Isto não quer dizer que caso houvesse algum Estado-Membro que viesse a precisar das recomendações do CCRUP, não pudéssemos enviar mas não todos ao mesmo tempo, isto não seria viável. Existem outros conselhos consultivos que escrevem, em geral, aos Estados-Membros envolvidos no trabalho, da mesma forma que o regulamento da política

de pesca comum estabelece que os Estados-Membros, em caso de recomendação de interesse, devem consultar o respectivo Conselho Consultivo.

A Secretária-Geral, relativamente às atas, afirmou que é importante para o Secretariado que se defina se estas são em geral ou com o nome da organização – a questão coloca-se para quem as vai ler. Há questões muito concretas para determinados territórios que, depois, podem ficar confusas. O Comité Executivo é soberano e pode decidir como será a sua estrutura.

O Sr. Juan Verdú (*Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de las Palmas*) comentou sobre a pág.8, 4º ponto, onde no plano de trabalho do grupo de trabalho dos Demersais e Bentónicos se refere “artes de pesca menos sustentáveis” e sugeriu substituir por “artes de pesca tradicionais”, porque existem algumas que são mais sustentáveis e outras que são menos, e assim evitava-se informação incorreta.

O Sr. David Pavón manifestou a opinião que se deveriam fazer atas mais resumidas, em vez da transcrição completa de tudo o que se disse que além de trabalhoso, é mais confuso, mesmo relativamente às traduções.

Em relação às datas das reuniões, o Sr. David Pavón chamou a atenção para a necessidade de garantir que as datas que fossem aprovadas hoje por consenso, não coincidissem com outras reuniões, como por vezes acontecia com o *Comité Nacional de Pêches Maritimes et Élevages Marins*. As reuniões que ficassem fechadas na reunião teriam de ser definitivas, para convidarmos os membros da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu, Ministros e os próprios membros do CCRUP, dando a possibilidade a todos de organizar a sua agenda.

A Sra. Yaiza Londoño no que diz respeito à abreviatura de CCRUP, referiu estar habituada que a sigla se escrevesse sem espaço, mas se assim estivesse presente nos documentos legais, pediu esclarecimento se, no que dizia respeito à comunicação com o exterior, se deveria utilizar a abreviatura sem espaço.

O Sr. David Pavón deu a palavra à Sra. Pascale Colson que interveio no sentido de dar a sua opinião sobre a questão relativa às abreviaturas do CCRUP. Salientou que esta questão foi discutida várias vezes e que não se trata de uma questão jurídica. Em francês, por exemplo, o CC é Conselho Consultivo e RUP é Regiões Ultraperiféricas, e que optaram por escrever com espaço entre os dois acrónimos para ter melhor leitura.

A Secretária-Geral tomou a palavra para afirmar que relativamente esta questão não haveria necessidade de discuti-la em Comité Executivo. Sugeriu analisar a questão em conjunto com o Sr. David Pavón e adotar, internamente, uma das designações. Salientou a necessidade de avançar no plano de trabalho, com umas pequenas correções, para a seguir aprovarem o mesmo em Assembleia Geral. Pediu a todos os membros efetivos para escreverem/votarem no “Chat” se aprovavam, se eram contra ou se se abstinham, por forma a ficar registado do plano de trabalho de 2021/22, com as correções mencionadas.

Após a votação o Sr. David Pavón concluiu que procederiam às alterações sugeridas e que mandariam para aprovação da Assembleia Geral, nos dias seguintes, por forma a ter o plano e orçamento aprovados. Previa até ao dia (12) doze de novembro (o mais tardar dia 15 de novembro), enviar o plano de trabalho para o próximo ano à Comissão Europeia.

O Sr. David Pavón acrescentou a importância de se anotar a alteração que pediu o Juan Verdú e indagou se mais algum dos presentes pretendia manifestar-se.

Tomou a palavra a Secretária-Geral para notar a ausência de voto do Sr. João Delgado (*Mútua dos Pescadores, CRL*) e da Sra. Mercedes Garcia (*Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza*) e, optou-se por considerar como abstenção. Assim o Plano de trabalho para 2021/22 foi aprovado por maioria de Comité Executivo. De seguida referiu que este plano, com as devidas revisões, seguiria para aprovação da Assembleia Geral.

No uso da palavra o Sr. David Pavón sugeriu passar à análise do orçamento para 2021/22. Salientou que este seria um ano especial para o CCRUP, uma vez pretendem realizar a Assembleia Geral em Mayotte. Para isso, será necessário um esforço económico superior ao normal. Esclareceu que o CCRUP é financiado por fundos europeus, por fundos próprios (quotas) e ainda pelas contribuições dos Estados Membros. Relativamente à questão das deslocações, o CCRUP comparticipa com 10% e os restantes 90% são comparticipados, com um valor máximo, pela Comissão Europeia. No entanto, este ano, o valor máximo de comparticipação não será suficiente. Propôs pedir-se um aumento de comparticipação que ultrapassasse os 90% na medida em que, por exemplo, a comparticipação pelo CCRUP, atento o aumento do número de membros, iria ser

superior o que permitirá contribuir de sobremaneira para a realização da reunião. Os orçamentos e as necessidades serão muito diferentes de ano para ano. Os custos maiores são com a reunião da Assembleia Geral e os mesmos variam consoante se trate de uma região onde residem muitos membros, como as Canárias ou os Açores, em que os custos serão menores ou, ao invés, se a mesma se realizar numa região mais longínqua e em que os custos serão, naturalmente, maiores. De seguida, solicitou à Secretária-Geral que apresentasse o orçamento e a proposta do reembolso de viagens.

A Secretária-Geral informou já terem pedido orçamentos sobre os custos de maior montante e que os reembolsos estatais para as deslocações também foram considerados. Referiu que o orçamento foi pensado de forma evitar despesas por parte dos membros e que fosse viável. No fundo, o orçamento irá exigir um esforço de todos e, por essa razão, tentar-se-á marcar as datas das reuniões, permitindo um planeamento antecipado das viagens e hotéis. Partilhou a proposta de quadro de reembolso de despesas de viagens, em português e passível de consulta noutras línguas no site da CCRUP, elaborado pelo secretariado com a colaboração do Sr. David Pavón. Referiu ainda a existência de um plano para as reuniões na Europa Continental, que teve de ser alterado. Para diminuir os custos, o primeiro quadro foi ajustado à reunião em Madrid. Solicitou a participação dos membros presentes no sentido de aferir se os valores máximos seriam viáveis para viajar para Madrid, em março. Salientou que o valor apresentado se refere apenas à passagem aérea.

O Sr. Gualberto Rita (Federação das pescas dos Açores) concluiu que a ser assim considerava o valor correcto e que, em relação a Mayotte, os valores lhe pareceram justos face ao que deverá ser pago.

A Sra. Anaïs Mourtada (*Comité National des Pêches Maritimes et des Élevages Marins*) mencionou não terem comentários a fazer sobre os montantes apresentados por coincidirem com os custos habituais.

O Charif Abdallah (*Chambre de l'Agriculture, de la Pêche et de l'Aquaculture de Mayotte - CAPAM*) salientou que os preços estavam adequados.

A Sra. Naila Louison (CAPAM) referiu que em Mayotte os preços dos voos variam em função dos eventos de Paris. Em fevereiro e março, há sempre eventos em Paris o que faz com que as companhias aproveitem para aumentar preços. No mês de

março, o valor indicado no quadro de reembolso de despesas poderá ser mais elevado. Propôs-se apresentar mais informações por escrito para ser feita uma avaliação, bem como agendar uma reunião com a companhia no sentido de se obter um valor mais exato, para os meses em questão.

A Secretária-Geral mencionou a possibilidade de aumentar a verba, mas que para aprovação do plano financeiro é necessário indicar, durante a presente reunião, um valor definitivo. Indagou ainda, a possibilidade da comparticipação da diferença, por parte do governo de Mayotte, na eventualidade do valor da viagem vir a ser superior. Informou que todo o orçamento dependia destes valores, uma vez que as viagens representam cerca de metade do orçamento.

A Sra. Mercedes Garcia (*Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza*) deu a sua concordância para os valores apresentados. Em relação à viagem para Mayotte, manifestou o seu agrado com a ideia da reunião presencial. Concluiu que a reserva antecipada de bilhetes representaria uma redução de custos, pelo que subscreveu a não alteração das datas.

O Sr. Juan Verdú (*Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de las Palmas*) salientou que o valor do bilhete de avião de seiscentos euros das Canárias até Madrid lhe pareceu excessivo. Sugeriu trocar duzentos euros do orçamento com a Mayotte, uma vez que as ilhas Canárias têm subsídios e auxílios do Estado Espanhol. A Sra. Mercedes Garcia e o Sr. David Pavón concordaram, com a sugestão. A Sra. Mercedes Garcia deu nota que nas Canárias, os bilhetes de avião normais, comprados com antecedência, são reembolsados até 75%.

Face ao exposto, tomou a palavra a Secretária-Geral para fazer o ponto de situação da discussão e colocou a para aprovação o plano de reembolso de acordo com o seguinte: Para a viagem a Madrid: os Açores e Madeira teriam um reembolso máximo de seiscentos euros; as Canárias de quatrocentos euros; São Martinho, Guadalupe, Martinica e Guiana Francesa de oitocentos euros; Mayotte e Reunião de mil e oitocentos euros; os membros da Europa Continental, teriam um reembolso máximo de quinhentos euros. Não havendo votos contra, foi a esta questão considerada aprovada. Informou que iriam proceder à alteração e enviar para aprovação da Assembleia Geral.

Continuando com a apresentação do orçamento 2021/22, a Secretária-Geral partilhou o documento enviado com o resumo das despesas anuais. Referiu estarem já autorizados trezentos e vinte mil euros por parte da Comissão Europeia, mas que irão precisar de cerca de trezentos e sessenta mil euros o que exigirá um esforço também à Comissão Europeia. Este aumento prende-se essencialmente com dois: A existência de dezoito novos membros (dezassete deles de regiões ultraperiféricas), o que implica mais membros a deslocarem-se, em relação ao ano anterior. Conforme anteriormente referido no mapa de reembolso de viagens, a deslocação à Mayotte, e um dia mais tarde à Reunião, são as deslocações mais caras. O CCRUP considera que este é um orçamento não só justo, mas que tem em conta uma boa gestão. Tentou-se ajustar os custos de viagem ao número de reuniões de trabalho e foram já pedidos orçamentos de interpretação. A grande parcela está alocada ao reembolso das despesas de participação nas reuniões. Os custos de interpretação irão subir um pouco no corrente ano porque, provavelmente, em Mayotte, os intérpretes ter-se-ão de deslocar para o local. A Secretária-Geral salientou que no decorrer dos meses de março ou abril, era sua intenção deslocar-se a Mayotte para aferir as condições das salas e de estada dos membros. Terminou a apresentação com o saldo de despesas. Para fazer face às despesas, no presente ano, receberão uma contribuição dos Estados-Membros. Até ao momento, quarenta e dois membros mostraram interesse em ser membros efetivos do CCRUP e pagar as respetivas quotas. Esta realidade implicará um esforço de comparticipação da Comissão Europeia de cerca de 88%, que poderá chegar até aos 90%.

A Sra. Pascale Colson começou por agradecer a exposição e parabenizou a boa elaboração da proposta. Manifestou as suas reservas relativamente ao contributo da Comissão. Comprometeu-se a analisar o pedido que como será do conhecimento dos presentes, o orçamento total da Comissão Europeia por segmento será partilhado com o conjunto de Conselhos Consultivos. Salientou, no entanto, que a programação lhe pareceu mercesária e que o orçamento elaborado de forma razoável e bem justificado. Sugeriu a eliminação da parcela “reserva de câmbio de moeda”, pois é uma reserva que a Comissão Europeia está a suprimir, uma vez que a França, Espanha e Portugal partilham o Euro, não haverá necessidade de mencionar esta verba. Acrescentou não poder adiantar qual a decisão da Comissão Europeia e salientou que o mais importante seria o envio do

documento com a maior celeridade possível. Aconselhou que fosse feito até ao final do mês de outubro, para que a Comissão Europeia pudesse examinar o pedido. Sublinhou que o ideal seria justificar muito bem o pedido e acrescentar uma explicação cabal. Relativamente à questão do número de membros a deslocar a Mayotte, aconselhou que se juntasse ao documento uma justificação detalhada embora, reforçou, não pudesse antever a decisão da Comissão Europeia.

A Secretária-Geral solicitou que a Comissão Europeia tivesse em conta a poupança com aluguer de espaços e com o secretariado. Concordou com a retirada da verba dos quatro mil euros. A aprovação, seguirá para a Assembleia Geral com um prazo de análise de, pelo menos, dez dias. Assim, antes do dia onze de novembro, não será possível enviar à Comissão o pedido de financiamento. Relembrou que o documento teria de ser aprovado previamente em Assembleia Geral. A Sra. Pascale Colson indagou se poderiam ter um documento escrito antes da aprovação e a Secretária-Geral informou que poderia enviar o que ficou aprovado neste Comité Executivo.

A Secretária-Geral colocou aos membros e ao Sr. David Pavón a questão de caso a Comissão Europeia não aprove este orçamento, qual o procedimento a seguir.

O Sr. David Pavón referiu a possibilidade de tentar encontrar financiamento noutras organizações. Mas, dependeria da possibilidade que possa ter cada organização local para poder levar a cabo a viagem a Mayotte. Salientou ter fé no financiamento por parte da Comissão Europeia, pois era um orçamento justo e fidedigno. Foram estudados orçamentos reais, para que pudessem ajustar os orçamentos de uma forma mais real também. Manifestou o empenho de todos no sentido de que as verbas geridas pelo Comité Executivo do CCRUP terem sido gastas de uma forma responsável. Por último, solicitou a opinião dos restantes membros sobre o orçamento.

O Sr. Gonçalo Carvalho (*Sciaena*) recomendou que se esperasse pela resposta da Comissão Europeia. Na sua opinião, a argumentação e a lógica do orçamento está bem justificada. Manifestou o seu otimismo e crença numa resposta positiva da Comissão Europeia. Caso contrário ter-se-ia de estudar outras hipóteses como o valor a desembolsar de cada membro.

A Sra. Mercedes Garcia concordou e salientou que dentro das organizações, poderiam pedir o aumento dos contributos dos Estados- Membros. Referiu haver ainda tempo para outras hipóteses.

O Sr. Juan Verdú manifestou, igualmente, o seu acordo. Referiu que uma da possibilidade poderia ser solicitar contributo dos governos regionais.

O Sr. Pedro Capela (*Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores*) concordou com a ideia de esperar pela resposta da Comissão. O essencial seria apresentar uma boa justificação o que, na sua opinião, é bastante evidente. Salientou o facto de os orçamentos serem dinâmicos, por poderem oscilar mediante as zonas onde se proponham fazer as reuniões.

A Sra. Pascale Colson referiu que o problema é o orçamento europeu. Trata-se de uma linha orçamental e que, presentemente existem treze Conselhos Consultivos. Compreende as preocupações dos membros da CCRUP, embora se deva ter em conta o orçamento total, desconhece a possibilidade de trabalhar de forma interna, uma vez que, em geral, os montantes não são passíveis de alteração para além de 10%. No entanto, insistiu em deixar duas mensagens: a primeira, sobre a urgência em analisar o documento para o melhor o poderem trabalhar no caso de alteração do programa de trabalho. E, segundo, sensibilizar o CCRUP para a questão da Gestão, por parte da Comissão Europeia, de um orçamento europeu. Reconheceu que os pedidos estavam muito bem justificados, mas devem ser redigidos acompanhados por uma nota de introdução salientando quais as soluções alternativas, e salientar a questão de um esforço maior por parte dos Estados-Membros envolvidos.

O Sr. Charif Abdallah informou ter sensibilizado, no mês de setembro último, o Conselho Departamental de Mayotte que concordaram, em princípio, com a atribuição de um subsídio para a realização da Assembleia Geral em Mayotte. No entanto, pediu esclarecimentos sobre qual o procedimento a ter relativamente à atribuição do subsídio.

A Sra. Pascale Colson informou o Sr. Charif Abdallah que apenas se exige a existência de uma garantia para evitar que um défice de tesouraria e que resulte num problema das contas. Comentou que terá de haver uma carta de intenções das autoridades regionais, para haver garantia. A Sra. Naila Louison, em posse da palavra, em resposta à Sra. Pascale Colson referiu que já tinha abordado a Secretária-Geral do CCRUP, que lhe

facultou algumas linhas consideradas no orçamento, o que lhe permitiu construir um orçamento provisório, uma vez que o Conselho Departamental pretendia tomar uma decisão até ao fim do mês de novembro. Questionou se a garantia ou segurança pedida pela Comissão Europeia, seria já uma decisão do Conselho Departamental. Saliu que a questão levantada pelo Sr. Charif Abdallah era no sentido de aferir se a deliberação terá a ver com o CCRUP e não com a CAPAM.

A Secretária-Geral informou que é possível declarar contribuições do governo local, regional ou nacional. O Governo Regional da Mayotte pode escrever uma declaração de intenção, semelhante às que os Estados Membros escrevem, mencionando o montante da contribuição.

O Sr. Charif Abdallah concordou.

Interveio o Sr. David Pavón concluindo pela necessidade de esperar para ver o que acontece com o financiamento da Comissão Europeia. Paralelamente, propôs-se trabalhar no que mencionou a Sra. Pascal Colson e o recomendado pelos diferentes membros, no sentido de conseguir um financiamento dos Estados-Membros e dos governos regionais.

A Sra. Mercedes Garcia fez uso da palavra para expressar algumas dúvidas relativamente à intervenção da Sra. Pascale Colson, dizendo que aquilo que ela tinha explicado era que a Comissão Europeia teria aprovado (ou pré-aprovado) trezentos e vinte mil euros, com uma margem de mais ou menos 10%, para o CCRUP. Se esse limite fosse ultrapassado, seria muito difícil para este organismo obter ajuda. Assim, para garantir esse apoio, seria conveniente emitir cartas de compromisso ou intenção, o que seria exequível.

O Sr. David Pavón confirmou o entendimento da Sra. Mercedes Garcia.

A Secretária-Geral questionou se os membros ali presentes aprovavam as alterações propostas ao quadro de reembolso das viagens, e pediu para usarem a caixa de diálogo do *Zoom* para manifestarem a sua opinião. Agradeceu as respostas por escrito e a aprovação da proposta por unanimidade, informando que o Secretariado iria proceder em conformidade com o resultado da votação e enviar para a aprovação da Assembleia Geral. Por fim, informou que iriam avançar com o preenchimento da candidatura à Comissão europeia, para candidatar o CCRUP à aprovação do financiamento relativo ao

próximo ano, e apontou os dias de dez ou onze de novembro como data máxima de envio de todo o processo aprovado para a Comissão Europeia. Relembrou que havia questões a colocar à Sra. Pascale, relativamente à aprovação dos novos membros, caso todos os presentes estivessem de acordo.

2. Novos membros.

O Sr. David Pavón questionou a Sra. Pascale Colson sobre quais eram as condições legais afetas à aprovação de novos membros no Conselho Consultivo. Fez referência ao anexo III, letra H, do ponto 2 do Regulamento 1380/2013 da PCP, onde se menciona que cabe ao Estado-Membro receber o pedido e decidir sobre a entrada ou não do novo membro. Contudo, segundo o Regulamento interno do CCRUP, os membros têm poder de decisão sobre o processo de aprovação de novos membros. Solicitou esclarecimento sobre quais as condições legais assentes na aprovação de novos membros e, conseqüentemente, qual a capacidade de decisão que cabe ao Conselho Consultivo.

A Sra. Pascale Colson informou que compete ao Estado Membro confirmar se a organização que pretende participar no CCRUP, pode fazê-lo. Não se pretende que o Estado Membro faça uma avaliação qualitativa, mas sim que avalie se essa organização pertence ao Estado Membro e se poderá desenvolver trabalho de acordo com os objetivos do CCRUP e o artigo 44 do regulamento 1380/2013 da Política Comum da Pesca (PCP), efetuando recomendações no âmbito da PCP. Posteriormente, a Assembleia Geral valida a decisão do Estado Membro e o grupo ao qual a organização deverá pertencer: Setor da Pesca ou Outros Grupos de Interesse. A Comissão Europeia não intervém nesta aprovação, pois não está em condições de conhecer as especificidades de todas as organizações dentro da União Europeia.

O Sr. Gonçalo Carvalho solicitou esclarecimento à Sra. Pascale Colson sobre o processo de tomada de decisão dos Estados-Membros, questionando se estes analisam as situações no geral, se a entidade em causa é, uma parte interessada nas pescas, ou tendo em conta, concretamente, o objeto e o limite territorial do Conselho Consultivo em particular.

A Sra. Mercedes Garcia perguntou à Sra Pascale Colson se os cerqueiros pertenciam à categoria dos navios de arrasto e se fazem parte deste Conselho Consultivo, acrescentando que o CCRUP defende a pesca tradicional, e este tipo de barcos praticam uma pesca não sustentável, mesmo que ganhem prémios de sustentabilidade. A ONG representada pela Sra. Mercedes Garcia não concorda com a designação de “sustentável” atribuída a estas embarcações e defende que o CCRUP deveria liderar pelo exemplo, e estar ciente daquilo que estão a reivindicar.

O Sr. David Pavón agradeceu a intervenção e declarou que o CCRUP representa uma modalidade de pesca que faz parte das Regiões Ultraperiféricas, onde 99,9% dos membros defende a pesca artesanal, sustentável e de baixo impacto, com pequenas embarcações.

A Sra. Mercedes Garcia afirmou que pensava que, para se ser membro do CCRUP, a entidade tinha de ter autorização para pescar nas águas de uma RUP, e não apenas ter a sua sede na mesma.

A Secretária-Geral informou que de acordo com o regulamento interno, a primeira fase da aprovação dos novos membros consiste na consulta à Assembleia Geral. Na altura (redação do Regulamento Interno), os membros fundadores quiseram que constasse no regulamento interno, que os novos membros deveriam reportar ao interesse das RUPs, inclusive pescar nas águas das RUPs ou defender o tipo de pescas praticadas nas mesmas, tendo alertado os mesmos que, legalmente a PCP menciona que quem aprova os novos membros são os Estados Membros. Na sua interpretação, a Assembleia Geral pode considerar que os novos membros não devem ser aprovados, mas se essas organizações solicitarem diretamente ao Estado Membro a sua aprovação, e se o Estado Membro aceitar, o CCRUP deve proceder de acordo. Ou seja, o regulamento interno pode ser cumprido, mas isso poderá não os impedir de serem membros, caso assim o pretendam.

A Sra. Yaiza Londoño afirmou partilhar das dúvidas sobre quais novos membros poderiam participar, e a sua própria entidade teve dificuldades para entrar no Conselho Consultivo da Pesca de Longa Distância (LDAC). O Estado Membro espanhol teve dúvidas relativamente à sua aprovação como membro do LDAC, contudo, a sua organização acabou por ser aceite. Foram muito claros que, quando se falava em Canárias

ou Açores, zonas cujas frotas a entidade queria defender na altura, lhes foi vedada essa intenção, com o argumento de que havia outros locais mais apropriados para o fazer, porque ali só se podia falar das frotas de longa distância. Demonstrou a sua preocupação com a eventual entrada de novos membros de maior dimensão e influência, que representem a grande indústria, ou as frotas de grandes distâncias, que possam vir a desvirtuar o espírito do CCRUP.

A Sra. Pascale Colson, em resposta às últimas intervenções, informou que o essencial já tinha sido dito, nomeadamente, que cabia aos Estados-Membros avaliarem e decidirem sobre a adequação da entrada de novos membros. Tudo isto está expresso no art.º 43 do Regulamento 1380/2013 da PCP, referente aos Conselhos Consultivos, estabelecido para cobrir uma série de zonas geográficas específicas, e de modo a promover uma representação harmoniosa de todas as partes interessadas. Um Conselho Consultivo não tem por missão limitar a participação de entidades, mas sim permitir um vasto número de organizações presentes na Assembleia-Geral. O CCRUP representa maioritariamente organizações de pesca de pequena escala, mas isso não querará dizer que outros não possam também participar.

O Sr. David Pavón agradeceu a todos os seus contributos, incluindo a equipa de tradução e a do Secretariado, e não havendo mais questões ou pedidos de palavra, deu por encerrada a reunião do Comité Executivo.